

ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA COMO INSTRUMENTAL TEÓRICO E METODOLÓGICO PARA A GARANTIA SEMÂNTICA EM LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS

Critical discourse analysis as a theoretical and methodological tool for semantic warrants in documentary languages

Leonardo Borges Rodrigues Chagas

Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, Brasil
leonardoborges@ufmg.br
<https://orcid.org/0000-0001-8166-5837> 

Lorena Tavares de Paula

Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação,
Departamento de Organização e Tratamento da Informação, Belo Horizonte, Brasil
lorena.ltp@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1286-5648> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Objetivo: Apresentar o potencial teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica (ADC) para os estudos críticos de Linguagens Documentárias (LD). Parte dos pressupostos da ADC de Norman Fairclough, bem como do princípio de garantia semântica para discutir a representação temática/discursiva de atores sociais. Recorre-se aos conceitos de “discurso”, “prática social”, “prática discursiva”, “texto”, “poder”, “hegemonia”, “ideologia” e “garantia semântica” para propor o modelo tridimensional de análise, no qual a LD seria analisada em três dimensões: LD enquanto texto, LD enquanto prática discursiva e LD enquanto prática social.

Método: Utiliza os métodos de pesquisa exploratória e bibliográfica, com abordagem qualitativa.

Resultado: Os resultados apontam que a abordagem Dialético-Relacional de Fairclough fornece conceitos, ferramentas e categorias necessárias para trabalhar questões sociodiscursivas envolvendo o uso da linguagem na representação de conteúdos documentais, principalmente conteúdos que envolvem grupos sociais minorizados, tais como negros, indígenas, mulheres, LGBTQIAP+, dentre outros grupos sociais em situações de vulnerabilidades.

Conclusões: Conclui-se que a abordagem de Fairclough com a utilização de categorias orientadas para os sentidos das palavras podem ser operacionalizadas para entender de que modo atores sociais estão sendo representados nos discursos das LD e de que forma se dá o padrão de inclusão e exclusão desses atores no processo de representação temática dos documentos.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagens documentárias. Garantia semântica. Discurso. Análise de discurso crítica. Atores sociais.

ABSTRACT

Objective: To present the theoretical-methodological potential of Critical Discourse Analysis (CDA) for critical studies of Documentary Languages (DL). It starts from Norman Fairclough's CDA assumptions, as well as from the semantic warrants principle to discuss the thematic/discursive representation of social actors. The concepts of “discourse”, “social practice”, “discursive practice”, “text”, “power”, “hegemony”, “ideology” and “semantic warrants” are used to propose the three-dimensional model of analysis, in which DL would be analyzed in three dimensions: DL as a text, DL as a discursive practice and DL as a social practice.

Methods: It uses exploratory and bibliographic research methods, with a qualitative approach.

Results: The results indicate that Fairclough's Dialectical-Relational approach provides concepts, tools and categories necessary to work on socio-discursive issues involving the use of language in the representation of documentary content, especially content that involves minorized social groups, such as blacks, indigenous people, women, LGBTQIAP+, among other social groups in vulnerable situations.

Conclusions: It is concluded that Fairclough's approach with the use of categories oriented to the senses of words can be operationalized to understand how social actors are being represented in the discourses of DL and how the pattern of inclusion and exclusion of these actors in the process of thematic representation of documents.

KEYWORDS: Documentary Languages. Semantic warrants. Discourse. Critical discourse analysis. Social actors.

1 INTRODUÇÃO

Há muito tempo, a literatura de Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) aponta que os processos, instrumentos e produtos relacionados à representação da informação e do conhecimento não são neutros conforme preconizavam os seus idealizadores. Trata-se de práticas e construções que são atravessadas por diferentes valores e posicionamentos; e por relações de poder, tendo em vista que o ato de classificar/indexar pressupõe uma autoridade.

Esses atravessamentos implicam formas de representar, no qual muitas vezes reproduzem relações assimétricas de poder. Zamboni (2018, p. 56) observa a dificuldade que usuários podem ter ao pesquisar assuntos representados sobre a ótica universal, pois “a organização do conhecimento traz consigo vieses de gênero, raça, idade, nacionalidade, língua, religião, dentre outros”.

Pinho (2010), assim como Milani e Guimarães (2017) invocam o conceito de “bias/biases” para tratar desses “vieses”, que são preconceitos, discriminações e desvios produzidos pelos bibliotecário-classificadores (consciente ou inconscientemente) nos chamados Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC).

Brey (1999 *apud* PINHO, 2010) apresenta dois tipos de desvios possíveis no âmbito da representação temática da informação: representação deturpada/inapropriada e representação tendenciosa. No caso da representação deturpada/inapropriada, aspectos da representação estão em desacordo com os padrões estabelecidos; e no caso da representação tendenciosa, valores e interesses de uma dada comunidade não são contemplados na representação.

Tais problemas refletem um conjunto de suposições tidas como verdades inquestionáveis na área de organização do conhecimento, tais como: universalidade, bibliocentrismo, neutralidade e imparcialidade das categorias mutuamente exclusivas. (MILANI; GUIMARÃES, 2017).

Historicamente, a garantia literária de Hulme (1911) foi amplamente utilizada para justificar a colocação da literatura especializada da área de domínio como a principal fonte de validação de termos para a construção dos SOC. Contudo, a produção de tais

instrumentos sem levar em conta outros critérios, impõe uma visão particular de mundo como sendo de caráter universal.

Diferentes pesquisadores, tais como Beghtol (1986), Pinho (2006, 2010), Guimarães; Pinho (2007), Barité (2010, 2011), Guedes; Moura (2016), entre outros autores, têm empreendido reflexões sobre outras formas de garantias e fundamentos (baseados em uma perspectiva crítica) para melhorar a qualidade dos SOC.

É neste sentido, de olhar criticamente para as Linguagens Documentárias (LD), que se apresentam os pressupostos da Análise de Discurso Crítica (ADC) enquanto instrumento teórico-metodológico para se investigar a dimensão semântica em Linguagens Documentárias. Trata-se de um estudo exploratório de abordagem qualitativa, cujo objetivo é apresentar as principais ideias da ADC do linguista britânico Norman Fairclough.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

A Análise de Discurso Crítica (ADC), também conhecida como Análise Crítica do Discurso (ACD), é um instrumento teórico-metodológico de pesquisa social voltado para o estudo da relação entre discurso, sociedade e poder com foco na mudança social.

Pesquisas em ADC investigam o funcionamento da linguagem que é considerada um elemento da vida social dialeticamente conectada a outros elementos sociais. Procura desmistificar os discursos decifrando as ideologias. O seu objetivo é investigar criticamente como as desigualdades se manifestam e se legitimam através do uso da linguagem. (WODAK, 2004; VIEIRA; RESENDE, 2016). Por esses motivos, a ADC oferece contribuições para a investigação de questões ligadas ao racismo, machismo, homofobia, exclusão social e demais formas de discriminações que operam no discurso e pelo discurso.

Considera-se a ADC como sendo uma continuação da Linguística Crítica (LC) que foi uma abordagem de Estudos da Linguagem desenvolvida na década de 1970 por um grupo de pesquisadores britânicos da Universidade de *East Anglia* interessados na relação entre o estudo do texto e os conceitos de poder e ideologia, bem como instrumentalizar leitores com base na ideia de uma leitura desmistificadora de textos. (FAIRCLOUGH, 2016). Posteriormente, pesquisadores como Norman Fairclough, Teun van Dijk, Ruth Wodak, Theo van Leeuwen e Gunther Kress ampliaram e desenvolveram essa abordagem que passou a ser denominada Análise de Discurso Crítica. Tal expressão foi utilizada pela primeira vez em 1985 por Norman Fairclough em seu artigo publicado no *Journal of Pragmatics*. (MAGALHÃES, 2005; GOMES; VIEIRA, 2020).

Enquanto uma rede internacional de estudos, a ADC surge após um simpósio realizado na cidade de Amsterdã em 1991, no qual se reuniram (Fairclough, van Dijk, Wodak, van Leeuwen e Kress) com o objetivo de discutir teorias e métodos em Análise de Discurso Crítica (WODAK, 2004).

A questão crítica em ADC retoma os estudos da Escola de Frankfurt, que de um modo geral procurou entender as estruturas de opressão e dominação na sociedade para propor formas de superá-las; pressupõe um engajamento social e político por parte do pesquisador, que focaliza a autorreflexão adotando uma posição política de forma explícita; e implica mostrar relações ocultas de poder e dominação expressas no uso da linguagem. (WODAK, 2004; VAN DIJK, 2010; FAIRCLOUGH, 2016; GOMES; VIEIRA, 2020).

Considera-se que a ADC possui seis abordagens: Dialético-Relacional (DR) de Norman Fairclough; Histórico-Discursiva (HD) de Ruth Wodak e Reisigl; Sociocognitiva (SC) de Van Dijk; Linguística de Corpus (LiC) de Mautner; Análise de Dispositivo (AD) de Jager e Maier e Representação dos Atores Sociais de Theo van Leeuwen. (WODAK; MEYER, 2009, MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017). Apesar dessa heterogeneidade de propostas, todas partem de um problema social com o objetivo de se fazer análise discursiva crítica e reflexiva voltada à emancipação e justiça social.

Este artigo discorre sobre a abordagem Dialético-Relacional (DR) de Norman Fairclough, que propõe dois modelos de análise: o modelo tridimensional e o modelo transformacional, ambos amplamente utilizados para se fazer análise de discurso textualmente orientada (ADTO). Sendo assim, optou-se pelo modelo tridimensional de análise, em que o discurso figura em três dimensões: discurso enquanto texto, discurso enquanto prática discursiva e discurso enquanto prática social. Este modelo está fundamentado na Teoria Social do Discurso (TSD) de Fairclough (1992), considerada a teoria de base para a ADC.

Barros (2018) apresenta as principais influências teóricas que dão base à ADC de Fairclough: Marxismo ocidental e a Escola de Frankfurt; Linguística Sistêmico Funcional de Halliday; Contribuições ao discurso de Michel Foucault; Filosofia da linguagem de Bakhtin e Realismo crítico de Bhaskar. Com base nessas influências Fairclough (2016) apresenta uma abordagem transdisciplinar que busca integrar diferentes perspectivas teóricas e metodológicas para se pensar uma análise entre o social e o linguístico.

2.1 Conceitos Centrais em Análise de Discurso Crítica



Tendo em vista que a ADC articula análise social textualmente orientada, termos como “discurso”, “prática social”, “prática discursiva”, “texto”, “poder”, “hegemonia” e “ideologia” são fundamentais, pois representam conceitos basilares em ADC. São conceitos polissêmicos de difícil aceção que foram trabalhados e operacionalizados na perspectiva de Fairclough conforme as definições descritas abaixo:

DISCURSO: Fairclough (2016) parte das contribuições de Foucault e de outros autores para conceber o conceito de discurso enquanto linguagem em uso dentro de uma perspectiva constitutiva, o que implica dizer que o discurso constitui e é constituído socialmente. O autor define discurso como uma forma de prática social; como um modo de ação em que as pessoas podem agir e interagir no mundo e como modos de representação e significação.

Ao usar o termo ‘discurso’, proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. [...] Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira. [...] O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem [...] é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2016, p. 94-95).

Importante enfatizar os dois significados de discurso em ADC: um mais abstrato significando a linguagem como momento irreduzível da vida social e o outro mais concreto significando um modo particular de significação e representação do mundo. (FAIRCLOUGH, 2016; BATISTA JUNIOR, 2018; VIEIRA; RESENDE, 2016).

Na perspectiva de Fairclough, o conceito de discurso é tridimensional, o que significa que “qualquer ‘evento’ discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado simultaneamente como um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 22).

Fairclough (2016, p. 96) distingue três aspectos construtivos do discurso que correspondem a três funções da linguagem: construção das identidades sociais e posições de sujeitos (função identitária: “modo pelos quais as identidades são estabelecidas no discurso”); construção das relações sociais entre as pessoas (função relacional: “como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas”);

construção de sistemas de conhecimento e crença (função ideacional: “modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações”).

Compreender o discurso enquanto o uso social da linguagem implica perceber o discurso enquanto modos de ação, significação e representação que são situados historicamente. Implica compreender que o discurso é constituído socialmente, assim como é constitutivo de relações sociais, identidades, sistemas de conhecimento e crença, e demais dimensões da estrutura social.

TEXTO: Para a ADC, o texto é o elemento semiótico no qual o discurso se materializa seja na forma escrita, oral ou imagética. É a dimensão, produto ou o resultado das práticas sociais. Neste sentido, os textos são unidades semânticas e são compreendidos enquanto “materialidade discursiva dos eventos, decorrentes das práticas sociais, o que inclui a fala, a escrita, a imagem” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE; 2017, p. 22).

Fairclough (2016) parte da intrínseca relação entre texto e sociedade, pois os textos possibilitam, incorporam e trazem as marcas das diversas práticas sociais das quais eles participam. Wodak (2004) observa que os textos geralmente são espaços de luta que guardam os traços de diferentes discursos e ideologias. Neste sentido, os textos produzem efeitos sobre as pessoas, pois

causam mudanças em nosso conhecimento [...], em nossas crenças, em nossas atitudes, em nossos valores, e assim por diante. Eles causam também efeitos de longa duração [...] podem também iniciar guerras ou contribuir para transformações na educação, ou para transformações nas relações industriais, e assim por diante (FAIRCLOUGH, 2003, p. 8, *apud* MAGALHÃES, 2004, p. 113).

O texto constitui-se de um momento semiótico produzido em contextos socioculturais específicos, e pensar o discurso enquanto texto é pensar a materialidade desse momento.

PRÁTICA DISCURSIVA: A prática discursiva é uma forma particular da prática social. É a instância mediadora entre o texto e a prática social, que trata dos processos de produção, distribuição e consumo dos textos considerando as dimensões sociocognitiva e os contextos socioculturais em que esses processos estão inseridos.

Fairclough (2016, p. 96) parte das contribuições de Foucault sobre discurso e formação discursiva para caracterizar prática discursiva enquanto uma instância mediadora que “é constitutiva tanto de maneira convencional como criativa: contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença) como é, mas também contribui para transformá-la”.

Sendo assim, o autor aponta que a dimensão da prática discursiva está centrada no conceito de intertextualidade, que é a característica heterogênea dos textos de serem cheios de fragmentos de outros textos aos quais ele responde de modo explícito (intertextualidade manifesta) ou implícito (interdiscursividade/intertextualidade constitutiva).

Pensar o discurso enquanto uma instância mediadora entre o texto e a prática social, é pensar o discurso enquanto prática inserida em contextos sociais específicos com regras e características particulares que determinam o seu uso. Contudo, apesar desse modo relativamente padronizado, Fairclough (2016) enfatiza o caráter flexível, pois as práticas estão abertas às transformações.

PRÁTICA SOCIAL: Fairclough (2016) focaliza as relações de poder e dominação para caracterizar o conceito de prática social por uma perspectiva dialética, o que “[...] implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira.” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 95). Nesse sentido, o autor reconhece o caráter transformativo do discurso, pois embora seja moldado socialmente, o discurso contribui para mudanças discursivas e sociais.

Prática social é um conceito de difícil aceção, tendo em vista as perspectivas de diversos autores e linhas de pensamento que compõem o pensamento de Fairclough. Para o autor, a prática social pode ser de natureza econômica, política, cultural ou ideológica; e o discurso pode estar implicado em todas elas.

Por exemplo, há várias maneiras em que se pode dizer que o discurso é um modo de prática econômica: o discurso figura em proporções variáveis como um constituinte da prática econômica de natureza basicamente não-discursiva, como a construção de pontes ou a produção de máquinas de lavar roupa; há formas de prática econômica que são de natureza basicamente discursiva, como a bolsa de valores, o jornalismo ou a produção de novelas para a televisão. [...]. O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder (FAIRCLOUGH, 2016, p. 98).

Práticas sociais são maneiras recorrentes, em tempos e espaços particulares, pelas quais se age e se interage no mundo. São os modos coletivos de agir, nos quais pessoas aplicam recursos (materiais ou simbólicos) para agirem juntas no mundo. (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

Pensar o discurso enquanto prática social implica pensar a relação dialética discurso-sociedade com o foco voltado para a transformação discursiva e social, pois se por um lado a realidade social constitui o discurso, por outro lado, o discurso constitui a realidade social, sendo constitutivo de identidades, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença.

PODER ENQUANTO HEGEMONIA: Para a ADC, o conceito de poder está atrelado ao conceito de hegemonia e dominação. Fairclough (2016) parte do conceito de biopoder de Foucault para delimitar o conceito de poder observando que o poder deriva de uma estrutura de relações sociais e é produzido e reproduzido no discurso. Neste sentido, poder é concebido como hegemonia e dominação, seja nos domínios político, econômico, cultural e ideológico.

Fairclough (2016) se baseia em Gramsci para caracterizar “hegemonia” como dominação consensual, instável e temporária exercida pelo poder de um grupo sobre os demais. A dominação sempre está em equilíbrio instável, sendo foco de luta sobre pontos de maior instabilidade.

Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômicos, políticos, cultural e ideológico de uma sociedade. [...] é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais, em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’. [...] é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento (FAIRCLOUGH, 2016, p. 127).

O conceito de luta hegemônica está em harmonia com a dialética do discurso, pois hegemonias são produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas no discurso. Ademais, a hegemonia de um grupo depende da sua capacidade de gerar práticas discursivas de sustentação da dominação (VIEIRA; RESENDE, 2016).

Wodak (2004) observa que a linguagem não é poderosa em si mesma, pois adquire poder pelo uso que os agentes que detêm poder fazem dela e que ela pode ser usada para desafiar o poder, subvertê-lo, e alterar sua distribuição a curto e longo prazo.

IDEOLOGIA: As ideologias são significações e/ou construções da realidade formadas nas várias dimensões das práticas discursivas que contribuem para a produção e a manutenção de relações de dominação. Em outras palavras, “são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 98).

O autor parte de Althusser e Thompson para caracterizar ideologia, entretanto aponta para o caráter de luta, contradição e transformação nas relações de dominação. A ideologia opera de forma a estabelecer, sustentar, manter e reproduzir as relações de dominação que favorecem um grupo em detrimento do outro. Nesse sentido, ideologia é um conceito inerentemente negativo, pois está a serviço do poder e da dominação. Em outras palavras, ideologia é um elemento de sustentação da dominação.

Fairclough (2016, p. 126) observa que “as ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação [...] e, à medida que os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia”. Neste sentido, discorda da concepção althusseriana de conceber a ideologia como forma de cimento social, pois enfatiza o caráter instável, tanto da ideologia quanto da hegemonia, pois uma vez que os sujeitos se percebem em relações assimétricas de poder, eles são capazes de agir individualmente e coletivamente como agentes para desestabilizar essas relações.

Vale enfatizar que nem todo discurso é ideológico, entretanto os discursos (práticas discursivas) têm investimentos ideológicos na medida em que contribui para a produção e manutenção de relações de dominação. (FAIRCLOUGH, 2016).

Com base em Thompson, Vieira e Resende (2016) apresenta cinco modos gerais de operação da ideologia que estão ligados a estratégias típicas de construção simbólica, os quais chama de: legitimação (quando relações de dominação são apresentadas como legítimas); dissimulação (quando relações de dominação são ocultadas, negadas ou obscurecidas); unificação (quando ocorre construção simbólica de identidade coletiva); fragmentação (quando indivíduos e grupos que podem representar ameaça ao grupo dominante são segmentados); reificação (quando se retrata uma situação transitória como permanente e natural).

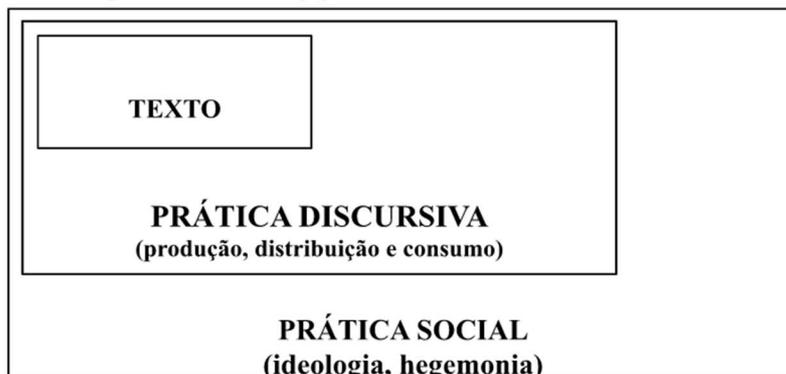
A partir desses diferentes conceitos, Fairclough (2016) fundamenta a sua concepção da linguagem enquanto prática social e instrumento de poder e dominação. Daí a perspectiva crítica em se fazer uma análise crítica, textualmente orientada, direcionada para as questões de dominação, injustiças, desigualdades e vulnerabilidades com o foco na mudança discursiva e social.

2.2 Modelo Tridimensional do Discurso

A Teoria Social do Discurso de Fairclough (1992,2016) apresenta uma concepção tridimensional de análise do discurso conforme se apresenta na figura abaixo. Nesse

modelo, o discurso é concebido em três dimensões: discurso enquanto texto, discurso enquanto prática discursiva e discurso enquanto prática social. Para o autor, esta concepção é indispensável na análise descritiva e interpretativa do discurso, pois toda produção linguística (texto) envolve práticas discursivas e práticas sociais.

Figura 1 - Concepção Tridimensional do Discurso



Fonte: adaptado de Fairclough (2016, p. 105)

A separação dessas três dimensões é esquemática, serve apenas para organizar as categorias para cada uma das dimensões da análise conforme o quadro abaixo.

Quadro 1- Categorias analíticas propostas no modelo tridimensional

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
Vocabulário Gramática Coesão Estrutura textual	Produção Distribuição Consumo Contexto Força Coerência Intertextualidade	Ideologia Sentidos Pressuposições Metáforas Hegemonia Orientações (econômicas, políticas, culturais, ideológicas)

Fonte: elaborado com base em Fairclough (2016); Resende; Ramalho (2006)

A análise textual compreende a descrição e se organiza em quatro itens: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. A análise da prática discursiva e da prática social compreende a interpretação. Na prática discursiva verifica-se o contexto de produção, distribuição e consumo textual, bem como a força, coerência e intertextualidade dos enunciados. Na prática social verificam-se as orientações hegemônicas e ideológicas.

Importante enfatizar, que além das categorias descritas acima, há uma infinidade de categorias analíticas a ser aplicada em ADC. A escolha de determinadas categorias não pode ser feita a priori, pois o número/tipo de categorias a ser utilizada depende do texto, da natureza e dos objetivos da pesquisa. (VIEIRA; RESENDE, 2016).

Uma categoria interessante a ser considerada no diálogo com a ADC de Fairclough é a “Representação de atores sociais” do linguista Theo van Leeuwen. Van Leeuwen (1997) em sua “Teoria da Representação dos Atores Sociais” (TRAS) esboça um inventário sócio-semântico dos modos pelos quais as pessoas (atores sociais) podem ser representadas no discurso e fornece um conjunto de subcategorias relevantes para investigar como indivíduos e grupos são representados nos textos.

Van Leeuwen (1997) foca primordialmente nas categorias sociológicas ao invés de categorias linguísticas. O autor informa que o significado é inerente à cultura e não pode ser associado a uma semiótica específica. Neste sentido, propõe categorias que devem ser vistas como pan-semióticas, pois

uma dada cultura (ou um dado contexto de uma cultura) não só tem a sua própria e específica ordem de formas de representar o mundo social, mas também as suas próprias formas de representar as diferentes semióticas nesta ordem, de determinar, com maior ou menor rigor, aquilo que pode ser realizado verbal e visualmente, aquilo que só pode realizar verbalmente, aquilo que só pode realizar visualmente, etc. (VAN LEEUWEN, 1997, p. 181).

A categoria “representação dos atores sociais” permite identificar os diversos modos pelos quais atores sociais são representados no texto. O processo de representação “inclusão/exclusão” (considerando suas especificidades) indica os posicionamentos ideológicos e as intenções de quem produz o discurso.

No caso da representação por exclusão, Van Leeuwen (1997) informa que as representações sociais podem excluir pessoas conforme seus interesses e propósitos específicos. Entretanto, o autor esclarece que algumas exclusões poderão ser inocentes. Em ambos os casos, vale enfatizar que algumas exclusões são tão radicais que sequer deixam marcas na representação.

A exclusão de atores sociais ocorre por supressão ou encobrimento (ato de colocar em segundo plano). A supressão é uma forma de exclusão que ocorre sem deixar vestígios no texto. Já o encobrimento (ato de colocar em segundo plano), a exclusão é parcial, pois os atores podem não estar mencionados, mas é possível inferir em algum lugar do texto quem eles são (VAN LEEUWEN, 1997).

No caso da representação por inclusão, indivíduos e grupos estão linguisticamente materializados no texto. O sistema de inclusão é mais complexo, pois existem inúmeros processos pelos quais os atores sociais podem ser representados no texto, um deles é por meio da categorização em que os atores sociais são representados em termos de

identidades e funções que compartilham com os outros. Em termos de identidade, a identificação ocorre quando os atores sociais são referidos “em termos daquilo que, mais ou menos permanente, ou inevitavelmente, são” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 202). O autor distingue três tipos de identificação: classificação, identificação relacional e identificação física.

Para o contexto deste artigo, interessa a categoria classificação, que é a representação de atores sociais em termos daquilo que eles são, seja em relação à raça, sexo, gênero, orientação sexual, idade, religião, classe social, origem, dentre outras categorias de classificação (VAN LEEUWEN, 1997). O autor enfatiza que essas categorias podem variar histórica e culturalmente, pois uma identidade representada como sendo temporária em um dado período de tempo, em um outro momento pode ser representada como sendo mais ou menos fixa.

Para Van Leeuwen (1997), esses diferentes mecanismos de representação são recursos linguísticos que funcionam enquanto práticas de inclusão e exclusão na vida social, pois têm efeitos na vida das pessoas. Um bom exemplo são as variações terminológicas relacionadas às pessoas LGBTQIAP+. De um lado encontra-se um conjunto de termos historicamente utilizados para caracterizar essas pessoas na tríade “pecado-crime-doença” com diferentes implicações na vida social, tais como marginalização, negação de direitos, etc.; e do outro lado, encontra-se um conjunto de termos que subverteram essa lógica, caracterizando a dignidade e legitimidade das pessoas LGBTQIAP+, também com diferentes implicações na vida social, tais como visibilidade, representatividade, conquista de direitos, etc.

3 LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS: PRINCÍPIO DA GARANTIA SEMÂNTICA

Por Linguagens Documentárias (LD) entendem-se os instrumentos de representação temática utilizados no contexto da organização, representação e recuperação de conteúdos documentais. Há várias denominações para LD (linguagens artificiais, vocabulário controlado, linguagens de indexação, linguagem de informação, sistema de classificação, código comutador, etc.) e todas se referem a instrumentos de representação temática da informação, cujo objetivo é traduzir conceitos representativos de documentos inseridos em um determinado sistema de informação para fins de armazenamento e recuperação. (KOBASHI, 1996; BARITÉ, 2015; FUJITA, 2019).

As principais LD utilizadas pelas bibliotecas são os Cabeçalhos de Assunto (tradicionalmente utilizados em bibliotecas de acervos mais gerais), os Tesouros

(geralmente utilizados em bibliotecas mais especializadas) e os Sistemas de Classificação Bibliográfica (CDD, CDU, etc. que são utilizados para organização física do acervo).

No contexto da representação e organização da informação e do conhecimento, existe um rol de princípios que fundamentam as construções de LD. Trata-se das garantias que invocam uma ideia de justificação e autorização para a construção, validação e avaliação dessas linguagens (GUEDES; MOURA, 2016).

Há vários princípios teorizados no campo da BCI, sendo o primeiro deles o princípio da garantia literária de Hulme (1911). Conforme sinaliza a literatura de BCI, a garantia literária sozinha não foi o suficiente para garantir a qualidade dos SOC, principalmente considerando que o ato de classificar/indexar colabora para construções de representações tendenciosas e inapropriadas.

Nesse sentido, surgiram outras variações de garantias para aperfeiçoar o processo de organização e representação da informação e do conhecimento, tais como: garantia cultural, garantia de uso/usuário, garantia organizacional, garantia filosófica, garantia educacional, garantia estrutural, garantia ética, garantia autopoietica, dentre outras garantias utilizadas para melhorar a qualidade dos SOC. (BARITÉ, 2010; BOCCATO; BISCALCHIN, 2014; GUEDES; MOURA, 2016).

Guedes e Moura (2016) apresentam o conjunto dessas garantias separando os princípios em seus aspectos objetivos e subjetivos conforme ilustrado na Figura 2. Desse modo, o rol de garantias se apresenta sob duas vertentes, uma baseada em autoridades cognitivas objetivas e a outra respaldada em autoridades cognitivas subjetivas.

Guedes e Moura (2016) enfatizam a perspectiva semântica de Clare Beghtol sobre a classificação e partem dos postulados de Bakhtin e Wittgenstein sobre a linguagem para trabalhar o conceito de garantia semântica enquanto um princípio aplicado para validar o significado de SOC. Em outras palavras, a garantia semântica é o princípio de ordem semântica utilizado para projetar, justificar e validar SOC, sendo a

[...] autoridade que um classificassionista invoca primeiro para justificar e, posteriormente, para verificar as decisões sobre que classes/conceitos incluir no sistema, em qual ordem as classes/conceitos devem aparecer nas listas, que unidades de classes/conceitos serão divididas, até qual subdivisão deve-se proceder, até que ponto e onde a síntese está acessível, se as ordens de citação são estáticas ou variáveis [...] A garantia semântica [...] fornece a principal autorização para supor que alguma classe, conceito ou dispositivo de notação será útil e significativo para classificadores e, finalmente, para os usuários de documentos (BEGHTOL, 1986, p. 110-111 *apud* GUEDES; MOURA, 2016, p. 10).

Neste sentido, o significado dentro do contexto de uso é que garante a pertinência de incluir, excluir e validar conceitos dentro de uma determinada LD, pois o fundamento semântico é que irá garantir a confiabilidade dos sistemas de representação considerando o seu contexto sociocultural de uso.

4 ADC ENQUANTO INSTRUMENTO ANALÍTICO PARA GARANTIA SEMÂNTICA DE LD

Considerando os pressupostos teórico-metodológicos da ADC e considerando o princípio da garantia semântica, observa-se que a análise social textualmente orientada pode ser uma contribuição interessante no processo de revisão e avaliação de LD, principalmente no que se refere a terminologias utilizadas para representar grupos sociais historicamente discriminados.

Nesse sentido, a LD poderia ser analisada em três dimensões (texto, prática discursiva e prática social) conforme o modelo e categorias analíticas descritas no Quadro 2.

Quadro 2 - Análise tridimensional para linguagem documentária

Linguagem Documentária (LD)		
Texto	Prática discursiva	Prática social
vocabulário (significado das palavras) Representação de atores sociais	produção Contexto distribuição consumo coerência intertextualidade	ideologia (sentidos, pressuposições, metáfora) hegemonia (orientações econômicas, políticas, culturais, ideológicas)

Fonte: elaborado pelos autores (2022)

TEXTO (LD): A LD pode ser analisada observando as categorias “vocabulário” e “representação de atores sociais” no que se refere à unidade mínima de análise que é o texto. Neste sentido, analisam-se os termos de indexação e os seus respectivos significados, pois as palavras implicam processos de significação e representação do mundo.

Fairclough (2016) observa que os sentidos das palavras são focos de disputas, pois os significados podem ter investimentos políticos e ideológicos, uma vez que diferentes discursos lexicalizam e/ou relexicalizam o mundo de diferentes maneiras.

Essas duas categorias “significado das palavras” e “representação de atores sociais” são utilizadas para acessar o significado representacional de textos. Neste sentido, podem ser utilizadas para compreender de que forma os atores sociais são representados em LD; se são incluídos ou excluídos da representação e de que forma são incluídos e/ou excluídos nessas linguagens, considerando os significados envolvidos.

PRÁTICA DISCURSIVA (LD): A análise da LD como prática discursiva focaliza o contexto de produção, distribuição e consumo, bem como força, coerência e intertextualidade dos textos. A LD poderia ser analisada observando o contexto particular em que se deu a manifestação dessa prática discursiva. Neste caso, analisa-se o contexto de manifestação da linguagem, pois textos são produzidos, disseminados e consumidos de formas particulares e em contextos sociais específicos.

Tendo em vista que textos respondem ou antecipam outros textos, retoma-se as construções de significados focalizando as relações intertextuais manifestas/diretas (intertextualidade) e implícitas/indiretas (interdiscursividade), pois os textos são intertextuais, respondem a textos anteriores e antecipam textos posteriores.

As análises da intertextualidade e da interdiscursividade são fundamentais para se observar quais são as ideias e visões de mundo trazidas para o evento discursivo, e de que forma os diferentes discursos estão articulados. Ademais, envolve pressuposições que interpelam os sujeitos com proposições tomadas como verdades por parte do produtor do texto.

PRÁTICA SOCIAL (LD): A análise da LD enquanto prática social envolve as categorias de ideologia e hegemonia. A LD poderia ser analisada observando as relações de poder e dominação que estão envolvidas na prática social da indexação/representação temática, considerando o contexto sociocultural em que a prática está envolvida.

Neste sentido, focaliza-se o processo de classificação/indexação observando os aspectos hegemônicos (orientados nos domínios econômicos, políticos, culturais e ideológicos), e principalmente os significados que contribui para a produção e manutenção de relações de dominação.

Fairclough (2016) postula que discurso/poder/ideologia se relacionam para sustentar práticas sociais. Neste sentido, o discurso tem investimentos ideológicos na medida em que contribui para a produção e manutenção de relações de dominação. A ideia é desvelar relações assimétricas de poder e dominação para desestabilizá-las e desconstruí-las de forma a transformá-las por meio da mudança discursiva e social.

Para a contextualização desse modelo na análise de linguagens documentárias, apresenta-se uma síntese de pesquisa realizada no Catálogo de Autoridade de Assunto da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sobre a representação da temática LGBTQIAP+, que são temas que se referem ao grupo social composto por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e demais identidades sexuais e de gênero.

Em análise realizada no instrumento de indexação utilizado pelo Sistema de Bibliotecas da UFMG (SB-UFMG) no que se refere à temática LGBTQIAP+, Chagas (2022) analisou o Catálogo da instituição em três dimensões conforme a síntese apresentada no Quadro 3.

Quadro 3 – Síntese de análise via modelo tridimensional

Gênero Discursivo Catálogo de Autoridade de Assunto da UFMG		
TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
<p>Uma parcela dos registros utilizados para representar atores sociais LGBTQIAP+ ainda se utiliza de termos advindos da literatura médica que no passado caracterizava os sujeitos LGBTQIAP+ como sujeitos patologizados;</p> <p>Uso da remissa “ver” sem notas explicativas para o relacionamento de termos contrastantes, que refletem significados conceituais diferentes construídos em processos sociais e culturais distintos;</p> <p>Baixa representatividade da terminologia mais atualizada na estrutura do Catálogo;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Etc. 	<p>Ausência de texto introdutório com informações sobre a produção do instrumento e também de documento institucional que especifique essas informações, entretanto, é de conhecimento que o gênero Catálogo é produzido, distribuído e consumido no contexto do Sistema de Bibliotecas da UFMG (SB-UFMG) por meio do Sistema Pergamum (Sistema informatizado de gerenciamento de dados);</p> <p>Ausência de uma política institucional que prevê a atualização dos termos;</p> <p>Princípios de garantias não estão devidamente aplicados;</p> <p>A prática discursiva apresenta vieses e desvios graves ao utilizar termos e relacionar conceitos que ferem a dignidade de pessoas LGBTQIAP+;</p> <p>Filiação aos discursos patológicos já superados no discurso científico da contemporaneidade;</p> <p>Gênero discursivo não dialoga adequadamente com as práticas discursivas da universidade e nem com os discursos da área de BCI no que se refere à organização crítica do conhecimento;</p> <p>Etc.</p>	<p>O Catálogo ainda se orienta ideologicamente pelo discurso hegemônico de gênero e sexualidade que relegaram um lugar de inferioridade para as pessoas LGBTQIAP+;</p> <p>Reflete a matriz hegemônica cisheteronormativa de representação dos sujeitos LGBTQIAP+, apesar de também responder timidamente aos discursos emancipatórios;</p> <p>O Catálogo tem investimento ideológico na medida em que contribui para a reprodução e manutenção de relações de dominação, pois legitima e dissimula relações assimétricas ao continuar articulando os significados que servem de estrutura de dominação;</p> <p>Etc.</p>

Fonte: elaborado pelos autores (2022)

A Análise de Discurso Crítica (ADC) de Norman Fairclough constitui um aporte teórico e metodológico adequado para análises especializadas de LD, pois o desvelamento de relações assimétricas na representação temática de grupos sociais pode ser um

catalisador importante nos processos de mudanças discursivas nas práticas de representação temática da informação.

Vale enfatizar os pressupostos de Fairclough (2016) em relação à consciência crítica das dimensões ideológicas envolvidas no uso da linguagem, pois muitas vezes as pessoas não estão cientes das dimensões ideológicas que carregam em suas práticas diárias. Com o desvelamento das assimetrias na representação temática da informação, os profissionais bibliotecários poderiam tomar consciência da relação discurso-sociedade-poder, e assim se atentariam ao papel do discurso nos processos de mudança cultural e social mais amplo.

Existe um rol de pesquisas acadêmicas que operacionalizam os Estudos Críticos do Discurso (ECD) para a investigação da representação discursiva de grupos sociais em situações de vulnerabilidades, tais como as pesquisas de Melo (2013), Oliveira (2021) e Nascimento (2021), dentre outros pesquisadores que utilizam a ADC para investigar a representação discursiva de grupos sociais em diferentes gêneros do discurso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo enfatiza-se o potencial teórico-metodológico da ADC para os estudos críticos de LD. A abordagem de Fairclough (1992, 2001, 2016) fornece conceitos, ferramentas e categorias necessárias para trabalhar questões sociodiscursivas envolvendo a representação de conteúdos documentais, principalmente conteúdos que envolvem grupos sociais minorizados, tais como negros, indígenas, mulheres, LGBTQIAP+, dentre outros grupos sociais em situações de vulnerabilidades.

Neste sentido, as categorias “significado das palavras” e “representação de atores sociais” podem ser operacionalizadas para entender de que modo atores sociais estão sendo representados nos discursos das LD e de que forma se dá o padrão de inclusão e exclusão desses atores.

São categorias orientadas para os sentidos das palavras que podem ser utilizadas enquanto categorias sócio semânticas interessantes no contexto de construção, desenvolvimento e revisão de LD. Fairclough (2016) ressalta que diferentes discursos “lexicalizam” o mundo de diferentes maneiras, o que significa que o uso da linguagem é socialmente e ideologicamente motivado. Isso significa que a escolha de um determinado termo e não de outro para representar grupos sociais em LD pode ter motivações ideológicas envolvidas, com diferentes implicações na vida social.

Olhar para essas linguagens desse ponto de vista representacional, implica investigar de que forma os atores sociais são incluídos ou excluídos no processo de

representação temática dos documentos e quais significados são produzidos nesse contexto discursivo.

A ADC parte do pressuposto de que geralmente as pessoas não estão conscientes dos efeitos ideológicos do discurso na vida social. Por isso, pesquisas em ADC têm por objetivo desvelar conexões e causas que estão ocultas para focalizar o papel da linguagem na mudança discursiva e social.

Há muito, pesquisadores da BCI vêm problematizando assimetrias, vieses e distorções na utilização dos SOC. Neste sentido, a ADC do linguista britânico Norman Fairclough poderia ser uma contribuição interessante para os estudos críticos de Linguagens Documentárias.

REFERÊNCIAS

BARITÉ, Mario; FERNÁNDEZ-MOLINA, Juan Carlos; GUIMARÃES, José Augusto Chaves; MORAES, João Batista Ernesto de. Garantia literária: elementos para uma revisão crítica após um Século. **TransInformação**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 123-138, maio/ago., 2010. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6201/3905>. Acesso em: 23 fev. 2022.

BARITÉ, Mario. La garantía cultural como justificación en sistemas de organización de conocimiento: Aproximación crítica. **Palabra Clave (La Plata)**, v. 1, n. 1, p. 2-11. 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-99122011000200002. Acesso em: 22 ago. 2022.

BARITÉ, Mario. **Diccionario de Organización del Conocimiento**: Clasificación, Indización, Terminología. 6. ed. Montevideo: CSIC, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/327288002_Diccionario_de_organizacion_del_conocimiento_Clasificacion_Indizacion_Terminologia. Acesso em: 18 nov. 2021.

BARROS, Solange Maria de. Bases filosóficas da análise de discurso crítica. In: BATISTA JUNIOR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (org.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. cap. 2. Ebook.

BATISTA JUNIOR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (org.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. Ebook.

BEGHTOL, Clare. Semantic validity: concepts of warrant in bibliographic classification systems. **Library Resources & Technical Services**, v. 30, n. 2, p. 109-125, 1986.

BOCCATO, Vera Regina Casari; BISCALCHIN, Ricardo. As dimensões culturais no contexto da construção de vocabulários controlados multilíngues. **Revista Interamericana de Bibliotecología (Colombia)**, v. 37, n. 3, p. 237-250, 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/84309>. Acesso em: 02 set. 2022.

BREY, P. The ethics of representation and action in virtual reality. **Ethics and Information Technology**, Dordrecht, v. 1, n. 1, p. 5-14, 1999.



CHAGAS, Leonardo Borges Rodrigues. **Terminologia LGBTQIAP+ em linguagens de indexação**: uma análise discursiva crítica dos registros de autoridade de assunto da UFMG. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

CHOULIARAKI, Lillie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity**: rethinking Critical discourse Analysis. Edinbourg: Edinbourg University, 1999. 168 p.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse. Textual analysis for social research**. Londres/Nova York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse and social change**. Oxford and Cambridge: Polity Press and Blackwell, 1992.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; CRUZ, Maria Carolina Andrade e; PATRÍCIO, Bruna Otreira Muniz; RIO BRANCO, Luciana Beatriz Piovezan. Linguagens de indexação em bibliotecas universitárias: estudo analítico. **Informação & informação**, Londrina, v. 24, n. 1, p.190-225, 2019. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31771/pdf>. Acesso em: 10 de nov. 2021.

GOMES, Maria Carmen Aires; VIEIRA, Viviane. Estudos Discursivos Críticos: análise crítica de problemas sociais discursivamente manifestos. In: EMEDIATO, W.; MACHADO, I.L; LARA, G.P. **Teorias Discursivas** – novas práticas e formas discursivas. 1 ed. Campinas: Pontes Editora, 2020. p. 173-200.

GUEDES, Roger de Miranda; MOURA, Maria Aparecida. O princípio da garantia semântica e os estudos da linguagem. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 9, n. 2, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119649>. Acesso em: 03 mai. 2022.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fabio Assis. Desafios da representação do conhecimento: abordagem ética. **Informação & Informação**, v. 12, n. 1, p. 19-39, 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33397>. Acesso em: 30 ago. 2022.

HULME, Edward Wyndham. Principles of book classification. **Library Association Record**, v. 13, oct. p. 354-358, nov. p. 389-394, dec. p. 444-449, 1911.

KOBASHI, Nair Yumiko. Análise documentária e representação da informação. **Informare**: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, v. 2, n. 2, 1996. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/40976>. Acesso em: 03 ago. 2021.

MAGALHÃES, Izabel. Introdução: a análise de discurso crítica. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 21, Esp., 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-44502005000300002>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André Ricardo; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso crítica**: um método de pesquisa qualitativa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017. Ebook.



MAGALHÃES, Izabel. Teoria crítica do discurso e texto. **Linguagem em (Dis)curso**, [S.l.], v. 4, p.113-131, 2004. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/293. Acesso em: 20 jun. 2021.

MELO, Iran Ferreira de. **Ativismo LGBT na imprensa brasileira: análise crítica da representação de atores sociais na Folha de S. Paulo**. 2013. 384 f. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MILANI, Suellen Oliveira; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Problemas relacionados a biases em sistemas de organização do conhecimento: perspectivas para a representação de assunto. **IRIS - Revista de Informação, Memória e Tecnologia**, v. 3, n. Especial, p. 72-92, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/90916>. Acesso em: 22 mar. 2022.

NASCIMENTO, Cícera Fernanda Souza do. **Representações sociais sobre a mulher cearense em cargo político de decisão: análise crítica do discurso em notícias do jornal o povo**. 2021. 95 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021.

OLIVEIRA, Suze do Amaral. **Representações sociais sobre estudantes em situação de vulnerabilidade social: em análise, uma mostra de discurso docente em redes sociais digitais**. 2021. 118 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Instituto de Linguagens e Literaturas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, 2021.

OLSON, Hope A. **The power to name: locating the limits of subject representation in libraries**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002.

PINHO, Fábio Assis. **Aspectos éticos em representação do conhecimento: em busca do diálogo entre Antonio Garcia Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol**. 2006, 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006.

PINHO, Fábio Assis. **Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras**. 2010. 149 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2010.

RESENDE, Viviane de Melo. Apresentação. **Estudos Críticos do Discurso no Brasil. Discurso & Sociedad**, v. 13, n. 1, 2019, p. 01-03, 2019. Disponível em: <http://www.dissoc.org/ediciones/v13n01/>. Acesso em: 26 ago. 2021.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006. E-book.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

VAN LEEUWEN, Theo. A representação dos actores sociais. In: PEDRO, Emília Ribeiro (org). **Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Caminho, 1997, p. 169-222.

VIEIRA, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2016.



WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso**, [S.l.], v. 4, p.223-243, 2004. Disponível em: http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/297/313. Acesso em: 20 jun. 2021.

WODAK, Ruth; MEYER, Michel. Critical Discourse Analysis: History, Agenda, Theory, and Methodology. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michel (ed.). **Methods for Critical Discourse Analysis**. London: SAGE. 2009. p. 1-33.

ZAMBONI, Rita Costa Veiga. **Organização do conhecimento, classificação e diversidade cultural: uma análise a partir do conceito de garantias**. 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

NOTAS

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: L. B. R. Chagas, L. T. Paula

Coleta de dados: L. B. R. Chagas, L. T. Paula

Análise de dados: L. B. R. Chagas, L. T. Paula

Discussão dos resultados: L. B. R. Chagas, L. T. Paula

Revisão e aprovação: L. T. Paula

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Encontros Bibli** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Edgar Bisset Alvarez, Ana Clara Cândido, Patrícia Neubert, Genilson Geraldo, Jônatas Edison da Silva, Mayara Madeira Trevisol, Camila Letícia Melo Furtado e Beatriz Tarré Alonso.

HISTÓRICO

Recebido em: 09-09-2022 – Aprovado em: 04-07-2023 – Publicado em: 19-05-2023

